

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO (IFPE) - CAMPUS OLINDA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT



DIRETRIZES PARA UM PLANEJAMENTO DOCENTE PARTICIPATIVO E INCLUSIVO VOLTADO PARA O ENSINO DE DISCENTES SURDOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

LIVRO DIGITAL

Lúcio Costa de Andrade

Ivanildo José de Melo Filho



INSTITUTO FEDERAL
Pernambuco
Campus Olinda

PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO (IFPE) - CAMPUS OLINDA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT



**DIRETRIZES PARA UM PLANEJAMENTO DOCENTE
PARTICIPATIVO E INCLUSIVO VOLTADO PARA O
ENSINO DE DISCENTES SURDOS NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

LIVRO DIGITAL

Lúcio Costa de Andrade

Ivanildo José de Melo Filho



INSTITUTO FEDERAL
Pernambuco
Campus Olinda

PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Organização:

Lúcio Costa de Andrade
Ivanildo José de Melo Filho

Revisão:

Lúcio Costa de Andrade
Ivanildo José de Melo Filho
Mylena Galdino de Paula Noia

Editoração, Ilustração e Diagramação Eletrônica:

Luiz Felipe Alves da Silva
Graduando em Produção Multimídia do Instituto Federal de Pernambuco - Olinda
Portfólio: [behance.net/imaturo](https://www.behance.net/imaturo)

A554c Andrade, Lúcio Costa de.

Cinco diretrizes para um planejamento docente participativo e inclusivo voltado ao ensino de discentes surdos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. / Lúcio Costa de Andrade; Ivanildo José de Melo Filho. – Olinda, PE: Os autores, 2024.

40 f.: il., color. ; 30 cm.

Produto Educacional: Livro Digital. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local ProfEPT/IFPE - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2024.

Inclui Referências.
ISBN: 978-65-00-98622-8

 **10.29327/5400409**

1. Educação - Planejamento. 2. Educação - Surdez. 3. Inclusão – Discentes surdos 4. Tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Português (TILSP). 5. Educação Profissional e Tecnológica I. Melo Filho, Ivanildo José de. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE. III. Título.

371.207

CDD (22 Ed.)

Catálogo na fonte

Bibliotecária Andréa Cardoso Castro - CRB4 1789

Autorizamos a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de ensino e pesquisa, desde que citada a fonte. Este Livro Digital está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional.



DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

ORIGEM: Trabalho de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica — ProfEPT — Campus Olinda, intitulado “Planejamento participativo inclusivo para ensino de discentes Surdos na educação profissional e tecnológica: diretrizes pedagógicas entre docentes e tradutores e intérpretes de Libras”.

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ensino.

PÚBLICO-ALVO: Profissionais da educação, docentes, tradutor intérprete de língua de sinais e português — TILSP, discentes Surdos, e outros interessados que se identifiquem com a temática, visto que a inclusão permeia todos os espaços de educação formal e informal.

CATEGORIA: Livro Digital.

FINALIDADE: Proporcionar por meio de diretrizes pedagógicas orientações para a prática docente inclusiva voltado ao ensino de discentes Surdos na Educação Profissional e Tecnológica.

ESTRUTURAÇÃO: Encontra-se organizado em 05 (cinco) diretrizes que podem ser utilizadas como orientação para a prática docente no ensino de Surdos, de acordo com a necessidade desses discentes e da realidade da Instituição de Ensino Profissional.

REGISTRO: Biblioteca Carolina Maria de Jesus do IFPE - Campus Olinda.

AVALIAÇÃO: Realizada por 06 docentes, 05 TILSP, 01 bibliotecário e 01 servidor do IFPE.

DISPONIBILIDADE: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais e a proibição do uso comercial do produto.

DIVULGAÇÃO: Disponível em formato digital no Repositório Institucional do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE).

IDIOMA: Português.

INSTITUIÇÃO ENVOLVIDA: Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – Campus Olinda.

CIDADE: Olinda – PE.

PAÍS: Brasil.

A educação inclusiva voltada para pessoas Surdas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), encontra acentuadas barreiras relacionadas às práticas docentes. Essas práticas evidenciam, dentre outros aspectos, a falta de formação inclusiva e, consequentemente, a compreensão docente em relação à aprendizagem do discente Surdo, bem como da importância do tradutor e intérprete de Língua de sinais e português (TILSP) nesse processo, especialmente, no planejamento docente.

Com isso, desencadeia-se a carência de ações inclusivas assertivas para a aprendizagem desses discentes nos diferentes eixos de formação da EPT. Diante do exposto, entende-se que as ações para a construção de um planejamento participativo inclusivo, na prática docente, voltado ao ensino de Surdos na EPT mostra-se necessário ter uma formação específica e especializada.

Essa compreensão precisa se basear nas especificidades linguísticas desses discentes, que giram em torno das experiências visuais, como observado por Gomes (2020) e Xavier (2020). Precisa compreender também a existência e participação de outros agentes importantes para esse tipo de ensino, a exemplo dos TILSP, profissionais necessários para prover a acessibilidade comunicacional desses discentes (Brasil, 2005).

Para Gomes (2020), a atuação do TILSP tem se ampliado às ações didáticas e pedagógicas, além da atribuição interpretativa comunicacional para o aprendizado dos Surdos.

Acontece que, geralmente, esse TILSP não tem participação ou conhecimento prévio do planejamento docente. Sendo assim, considera-se importante um trabalho de ambos, em parceria. Essa ação colaborativa mostra-se fundamental tanto para a prática docente quanto para o papel do TILSP no processo educacional e inclusivo desse público-alvo.

Xavier (2020) confirma que os docentes, em seu planejamento, recorrentemente não consideram a participação do TILSP em sua concepção e no compartilhamento das atividades contidas nele. Priorizando, frequentemente, práticas baseadas apenas na oralidade. Entende-se que práticas assim são excludentes e prejudicam o aprendizado dos discentes Surdos que dependem da utilização de metodologias visuais e do apoio de materiais adaptados para o seu êxito educacional.

Faz-se importante ressaltar que as ações voltadas ao planejamento docente, especialmente quando a instituição escolar recebe esse discente, precisam ser repensadas. Principalmente sobre como e de qual forma a atuação docente, aliada à participação do TILSP, pode ser efetiva para esse tipo de ensino inclusivo.

Este produto tem o intuito de contribuir para dirimir as dificuldades docentes nesse contexto de ensino inclusivo de Surdos na Educação Profissional Tecnológica e auxiliar na orientação e instrução para a construção de um planejamento participativo inclusivo com o TILSP.

Sendo assim, surge este Produto Educacional, em formato digital, que apresenta 05 Diretrizes direcionadas aos docentes no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Essas orientações visam ajudá-los no entendimento desse tipo de ensino inclusivo. Ou seja, conhecer o universo do discente Surdo e compreender como desenvolver um planejamento participativo e inclusivo com o TILSP.

INTRODUÇÃO	6
1. DIRETRIZ 01: CONHECER O UNIVERSO DO DISCENTE SURDO.....	7
1.1 Conhecer a Importância da cultura surda e da Libras	7
1.2 Identificar as dificuldades educacionais	9
2. DIRETRIZ 02: COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DO TILSP E SUAS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO.....	14
2.1 O TILSP como mediador comunicacional	14
2.2 O TILSP como agente inclusivo	16
2.3 O TILSP como suporte pedagógico	17
3. DIRETRIZ 03: DESENVOLVER UM TRABALHO PARTICIPATIVO COM O TILSP	19
3.1 A importância do trabalho participativo entre docente e TILSP.....	19
3.2 Compreendendo as dificuldades para a prática docente	20
3.3 Compreendendo as dificuldades para a atuação do TILSP	22
4. DIRETRIZ 04: REALIZAR UM ENSINO INCLUSIVO	26
4.1 O ensino por meio da interação social	26
4.2 O ensino por meio das metodologias visuais inclusivas	28
4.3 O ensino por meio dos materiais adaptados	30
5. DIRETRIZ 05: ELABORAR E APLICAR UMA AVALIAÇÃO INCLUSIVA	32
5.1 Considerando as especificidades linguísticas	32
5.2 Considerando as adaptações	32
5.3 Considerando as correções com a participação do TILSP	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
AGRADECIMENTOS.....	35
OS AUTORES	36
REFERÊNCIAS.....	37

A prática docente, segundo Lacerda (2009), mostra-se dinâmica com desafios mutáveis e constantes, necessitando sempre de atualização na formação continuada de suas didáticas e intervenções pedagógicas. Essa dinamicidade, ainda segundo a autora, está relacionada às várias questões presentes no contexto escolar, vinculadas à figura do discente, quer seja por sua faixa etária, **modalidade de ensino**, classe social, cultural, entre outros aspectos.

Dentre os desafios atuais para essa prática docente, existe a **educação especial na perspectiva inclusiva**, fundamentada, principalmente, a partir da Constituição de 1988, em seu “art. 208”, que confere ao Estado o dever e a garantia de uma educação de qualidade para todos, inclusive às Pessoas com Deficiência (PcD) (Brasil, 1988).

Tratando-se da formação e práticas docentes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a Lei de n.º 9394/1996 que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional — (LDB) determina que o magistério da educação básica seja exercido por educadores **habilitados para a docência** (Brasil, 1996).

Sendo assim, a EPT, estando associada à educação básica, insere-se nessa categoria, mesmo sendo um ensino técnico. Baseados nessa legislação vigente, os docentes da educação básica, inclusive os que atuam na EPT, precisam de formação inicial e continuada para a inclusão dos discentes PcD nas classes comuns. Quanto a essa formação docente para atuar na educação inclusiva, o Plano Nacional de Educação (PNE) destaca que não há como ter uma escola eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos discentes PcD sem que **seus docentes**, demais técnicos, pessoal administrativo e auxiliar sejam **especializados** e com **material pedagógico** adequado, para atendê-los plenamente (Brasil, 2020 “grifo nosso”).

Nesse sentido, Saviani (2009) também reforça a importância de instituir um espaço próprio para cuidar dessa formação docente específica e inclusiva para essa modalidade de ensino. Sampaio e Sampaio (2009) defendem, em linhas gerais, que os estudos dentro dessa temática também ressaltam a importância da qualificação profissional docente. Eles apontam que o despreparo presente nos docentes para receber este grupo específico é uma das principais barreiras para a efetiva inclusão escolar desses discentes PcD, inclusive os Surdos, no sistema regular de ensino.

Ao refletir sobre esses desafios no contexto do ensino de Surdos na EPT, Barreto (2021) evidenciou, em sua pesquisa, que os docentes apresentavam dificuldades no planejamento e nas práticas inclusivas para esses discentes, devido à falta de formação inclusiva específica.

Com isso, mostra-se crucial que o docente, antes do planejamento inclusivo, precisa conhecer esse discente Surdo com suas peculiaridades. Deve conhecer também o TILSP e as possibilidades de atuação em conjunto de um trabalho participativo no desenvolvimento do planejamento, ensino e da avaliação inclusiva, considerando as necessidades educacionais desses discentes.

Para esse propósito, este Produto Educacional (PE) foi criado para servir de suporte nessa formação docente continuada para o ensino de Surdos. Nesse intento, são apresentadas 5 (cinco) diretrizes pedagógicas nos quais o docente poderá se guiar para realizar um ensino inclusivo para esses discentes, tendo por referência um planejamento participativo com o TILSP.



DIRETRIZ 01: CONHECER O UNIVERSO DO DISCENTE SURDO

Esta diretriz tem como finalidade orientar docentes acerca do universo das pessoas Surdas, a fim de possibilitar uma prática docente inclusiva a partir de um planejamento voltado para o ensino desses discentes Surdos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

De acordo com Barreto (2021), uma das maiores dificuldades para o docente na elaboração de um planejamento inclusivo para os Surdos está vinculado à falta de conhecimento em relação a esse discente. Com isso, mostra-se fundamental para a prática docente, no contexto de ensino de Surdos, primeiramente conhecer esse discente. Tal conhecimento está relacionado à compreensão de elementos essenciais presentes no universo da pessoa Surda, a exemplo de sua cultura, sua visualidade, sua língua de sinais e sua necessidade de inclusão escolar e educacional. Sendo assim, a necessidade de compreensão do universo Surdo se apresenta importante para que o docente tenha possibilidades de enfrentar as dificuldades do ensino de Surdos no contexto da EPT.

Cabe ressaltar que qualquer docente, mesmo aqueles que não tenham formação inclusiva específica, mas que têm acesso a essas informações, terá elementos balizadores para desenvolver um planejamento para Surdos de forma que busque atender às necessidades de aprendizagem deles.

1.1 CONHECER A IMPORTÂNCIA DA CULTURA SURDA E DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

O docente, na sua totalidade, ao se preparar para o ensino de Surdos, precisa muito mais do que engajamento, necessita de conhecimento específico sobre esse tipo de ensino. Nesse ensejo, em primeiro lugar, o docente precisa compreender a importância da **cultura surda** e da **Libras**, considerando que os discentes Surdos apresentam como principais entraves para seu aprendizado o desconhecimento da língua de sinais e da sua cultura pela comunidade escolar.

Dessa forma, é importante que todos, especialmente os docentes, busquem esse tipo de conhecimento. Por isso, é indispensável que o docente saiba, conforme o Art. 2º do Decreto n.º 5.626/2005, que esse discente Surdo, “*compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais — Libras*” (Brasil, 2005).

Sendo assim, todo docente de Surdos precisa saber que a **cultura surda** é percebida como o conjunto de características que define uma pessoa, parte da comunidade surda ou do povo surdo, baseada, principalmente, pelo uso da Língua de Sinais. Ela engloba possibilidades

presentes na vida dos Surdos, abrangendo não apenas aspectos corriqueiros da vida, mas também o grupo social que constituem.

O conhecimento docente sobre a cultura surda e da Libras é **essencial para a compreensão holística do discente Surdo**, porque possibilita compreender a maneira de apreensão do mundo, sua forma de aquisição de conhecimento e sua principal necessidade de inclusão educacional e escolar. Assim sendo, o professor que tem conhecimento sobre esse grupo e compreende a relevância dos elementos presentes no universo dos Surdos, reconhece as demandas educacionais de inclusão escolar deles e procura auxiliá-los no aprendizado ao considerar esses elementos como fundamentais para o progresso de sua prática pedagógica.

Sobre a necessidade de inclusão escolar e educacional, os autores Gimenes (2020); Soares (2020); Abreu (2020) e Pôncio (2019) destacam que as barreiras presentes nas escolas que impedem a inclusão escolar para discentes PcD, em geral, possuem um elemento basilar, representado pela **barreira atitudinal**. Em relação aos discentes Surdos, geralmente essa barreira está relacionada diretamente à falta de conhecimento da comunidade escolar, em especial dos docentes, sobre a cultura Surda e suas peculiaridades.

Em Soares (2020), ratifica-se o mesmo destaque dessa **“barreira atitudinal linguística”**, que dificulta não apenas a inclusão escolar, mas também a inclusão social, pois, na escola, praticamente toda a comunicação é baseada na oralidade. Isso, portanto, impossibilita os Surdos da participação social, algo tão importante para sua formação acadêmica. Ainda segundo o autor, essa barreira também gera a exclusão educacional, atrapalhando os processos de aprendizagem desses discentes, os quais são baseados predominantemente na visualidade, e não na oralidade.

Segundo Abreu (2020), é importante o docente saber que, o discente Surdo percebe a presença dessa barreira atitudinal na postura docente, bem como de toda comunidade escolar, gerando, no discente Surdo, desconforto, distanciamento e desconfiança em relação à prática docente. Portanto, o docente precisa entender que o entrave inclusivo junto aos Surdos se resolve com **acessibilidade atitudinal**. Nesse caso, trata-se de uma **acessibilidade linguística**, elemento chave para esse tipo de ensino.

Conclui-se que o docente que passa a conhecer o universo do discente Surdo, deve, da mesma forma, reconhecer a necessidade da acessibilidade linguística e comunicacional deles no ambiente escolar em sua totalidade, a partir da sua própria prática docente. Com base nessas informações, é possível elencar algumas orientações da cultura surda que podem ser inseridas e úteis na prática docente junto aos discentes Surdos.



- **Aprenda a utilizar o seu sinal e o do discente:** Na cultura surda, as pessoas são “batizadas” e identificadas por um sinal em Libras. Caso não o tenha, o docente deve solicitar ao discente Surdo e memorizar tanto o seu sinal recebido quanto o do próprio discente. A partir daí, sempre que se dirigir a ele, o docente precisa usar esse sinal, da mesma forma que aprende o nome de cada discente da turma.

Devendo, inclusive, utilizar o sinal olhando para o discente, ao invés de

chamar oralmente pelo nome, caso realize chamada em sala de aula.

- **Aprenda a usar o interruptor de luz:** Quando a turma está dispersa e o docente precisa chamar a atenção dos discentes, geralmente, verbaliza ou faz barulho com algum objeto de maior intensidade. Contudo, essa conduta é ineficaz para as pessoas Surdas. Para chamar a atenção dos Surdos, por exemplo, basta clicar várias vezes no interruptor da luz da sala de aula. Dessa forma, eles perceberão que foram chamados à atenção.



- **Aprenda a usar imagens no ensino dos conteúdos:** Sabe-se que o aprendizado desses discentes está centrado na visualidade, ou seja, quanto mais o docente explorar o imagético (slides, imagens, figuras, vídeos, charges, dentre outras possibilidades), melhor será para a atuação do TILSP na interpretação dos conteúdos e tornará a metodologia de ensino mais significativa para os discentes Surdos. Consequentemente, facilitará a aprendizagem deles.

- **Aprenda a lecionar ou falar de frente para a turma:** Na cultura ouvinte, é comum ver docentes que, enquanto escrevem no quadro, passam informações ou ensinam os respectivos conteúdos de suas disciplinas. Para a cultura surda, é imperativo que quando estiver falando, o docente esteja sempre na posição frontal em relação à turma, inclusive com os Surdos. Mesmo que fale oralmente com um discente Surdo, o docente precisa olhar e falar diretamente para ele e não para o TILSP, pois há pessoas Surdas que conseguem fazer leitura labial. Mesmo diante daqueles que não tenham essa habilidade, é importante que o docente tenha essa postura ao se dirigir aos discentes Surdos.



Desse modo, o docente precisa entender que, na cultura surda, a visão é o principal sentido de contato com o mundo, de apreensão e significação das informações. Na visualidade, centra-se, certamente, a maioria das alternativas planejadas para a pessoa Surda. Sendo assim, o docente que ensina a esses discentes precisa considerar, no seu planejamento, a visualidade como elemento principal para a aprendizagem e inclusão deles.

1.2 IDENTIFICAR AS DIFICULDADES EDUCACIONAIS

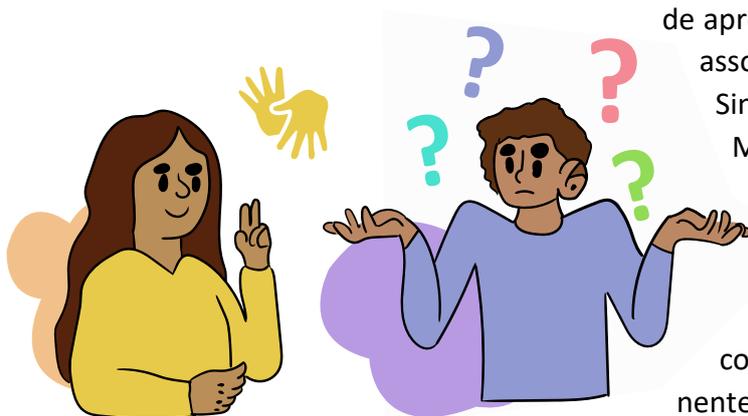
O docente que conhece minimamente sobre o universo do discente Surdo e suas necessidades educacionais passa a perceber e compreender, também, as dificuldades educacionais que esses discentes enfrentam no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Cabe registrar que as dificuldades educacionais que o docente precisa identificar não

se trata daquelas inerentes a todos os discentes, independentemente de sua condição, quer seja educacional, social, econômica, religiosa, ou qualquer outra. Mas sim aquelas relacionadas diretamente à condição desse discente Surdo, com suas características e especificidades linguísticas próprias, muitas vezes distintas entre eles. Com isso, torna-se necessário o docente identificar os entraves educacionais específicos, devido às peculiaridades do universo das pessoas Surdas.

A seguir, é elencado um conjunto de dificuldades, apresentando os motivos e tecendo algumas orientações, que o docente pode considerar em seu planejamento e em sua prática, buscando atenuar essas dificuldades educacionais específicas.

- **Falta de fluência na Libras para o contexto escolar:** Inicialmente, uma dificuldade de aprendizagem para esses discentes está associada à falta de fluência na Língua de Sinais para os conteúdos escolares.



Muitos Surdos possuem habilidades de comunicação em Libras apenas para seu convívio social. Contudo, no ambiente escolar, muitos desconhecem a sinalização para os conteúdos das disciplinas ou componentes do curso. Naturalmente, o docente

não é responsável por esse problema, entretanto, precisa estar atento e identificar se algum discente Surdo, em sua sala de aula, apresenta esse obstáculo. Talvez o docente pergunte: mas como saber e ajudar? É preciso o docente manter uma boa comunicação com aquele que mais interage com esse discente: o TILSP.

Uma recomendação importante a considerar é aproximar-se desse profissional. Busque saber dele se o discente tem conseguido compreender o assunto, se não, busque saber qual ou quais o(s) motivo(s). Talvez a resposta seja: eles não conhecem sinais de Libras no contexto escolar. Com essa informação, o docente poderá elaborar no seu planejamento formas de conciliar para esses discentes o aprendizado simultâneo dos sinais de Libras com o conteúdo ensinado. Para isso, torna-se necessário o apoio do TILSP em um trabalho colaborativo para esse fim.

- **Falta de sinais de Libras para os conteúdos das disciplinas técnicas:** A dificuldade anterior torna-se agravada diante dessa barreira peculiar ao discente Surdo no contexto da EPT. O ensino profissional e tecnológico, diferentemente do ensino regular, apresenta em sua matriz curricular, e a depender do curso, as disciplinas técnicas além das propedêuticas. Para essas disciplinas técnicas, geralmente, não há sinais correspondentes no léxico da Libras. Esse aspecto apresen-



ta um entrave para todo o processo de ensino ao discente Surdo, que vai desde a atuação dos TILSP, responsável pela interpretação desses conteúdos para Libras, bem como à prática docente no acompanhamento do aprendizado desse discente que, conseqüentemente, é prejudicado.

Nesse caso, o docente precisa entender que esse tipo de problema está além de suas atribuições. Contudo, ele pode considerar em seu planejamento estratégias que facilitem o entendimento do TILSP sobre o assunto específico. Com isso, o TILSP terá possibilidades de melhorar suas estratégias de interpretação para a devida compreensão discente dos conteúdos ensinados. O importante, nesse caso, é o docente compreender que, em relação a essa dificuldade, a sua principal atenção e preocupação será o entendimento do TILSP sobre o assunto. Isso ajudará o TILSP na transmissão dos conteúdos específicos, de forma mais fidedigna possível, do português para a Libras, de modo que os discentes possam compreender melhor o assunto na sua língua materna.

- **Dificuldade do português escrito (L₂):** Uma barreira frequente para os discentes Surdos é a dificuldade de compreensão do português na modalidade escrita, conhecida no ensino de Surdos como (L₂). Essa dificuldade torna-se mais evidente nos momentos avaliativos que, geralmente, são baseados na escrita, tendo em vista que esses discentes, em geral, encontram sérias dificuldades para se expressarem e responderem questionamentos de maneira formal, conforme é exigido nos processos avaliativos. Por conseguinte, os docentes encontram adversidades na compreensão e correção das avaliações desse tipo de discente. Diante desse contexto, o docente precisa elaborar meios para que essa dificuldade seja atenuada aos discentes Surdos. Práticas como o letramento ou o ensino do português escrito para esses discentes não é responsabilidade do docente, no contexto da EPT. Porém, ele precisa encontrar meios para acessar o aprendizado desses discentes possibilitando-o, dessa forma, completar o processo de ensino por meio da avaliação.

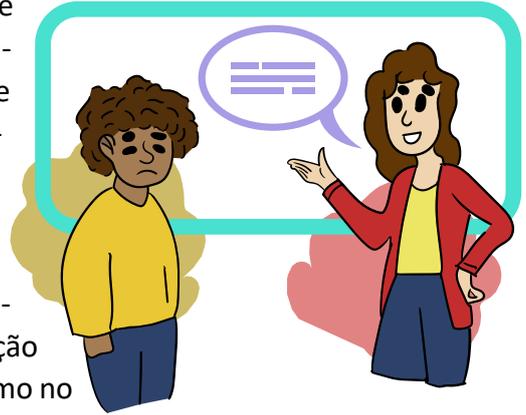


português escrito para esses discentes não é responsabilidade do docente, no contexto da EPT. Porém, ele precisa encontrar meios para acessar o aprendizado desses discentes possibilitando-o, dessa forma, completar o processo de ensino por meio da avaliação.

Sendo assim, ele pode solicitar, por exemplo, que o TILSP faça para ele a leitura das respostas escritas dos Surdos nas provas, caso não entenda. Outra opção é fazer as perguntas das provas em Libras por meio do TILSP aos discentes para responderem em Libras, e o TILSP faz a tradução, ou seja, registra por escrito o que foi sinalizado pelo discente. Isso ajudaria o docente na correção avaliativa.

- **Déficit de aprendizagem:** Os Surdos, normalmente, chegam no âmbito da EPT com um acentuado déficit de aprendizagem. Como o ensino na EPT, naturalmente, contém sua complexidade com enfoque na formação omnilateral desses discentes, é compreensível que encontrem sérias barreiras para seu êxito escolar. Essa situação pode potencialmente produzir uma evasão escolar entre discentes Surdos, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O docente precisa estar

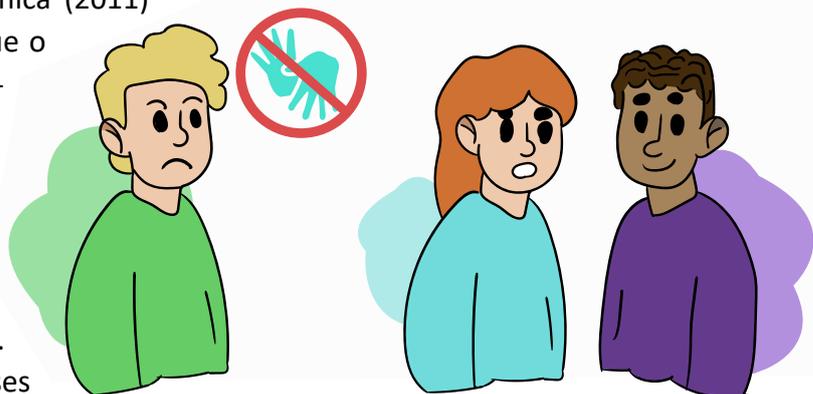
ciente que, em muitas situações, o discente Surdo encontra sérios entraves para alcançar o nível de rendimento educacional que esse modelo de ensino exige. Normalmente, um dos motivos para esse entrave, diferentemente do contexto escolar anterior desses discentes, pode ser traduzido pelo **assistencialismo**. Isso deve-se ao fato de que, comumente, na educação infantil, no ensino fundamental e até mesmo no ensino médio regular, diante das dificuldades educacionais dos discentes Surdos, o TILSP se solidariza com eles e tem uma postura assistencialista. Com isso, ele realiza as tarefas e atividades pedagógicas, até mesmo avaliações, no lugar desse discente. Vale ressaltar que não se pode generalizar, entretanto, essa prática gera uma **falta de autonomia** educacional no discente. Por conseguinte, direciona-se para uma **dependência total e exclusiva do TILSP**. O docente, no contexto de EPT, necessita estar atento a esses aspectos. Para isso, é indispensável, além de conhecer esse discente, também compreender as atribuições e possibilidades do TILSP para o ensino de Surdos.



- **Ausência de metodologia visual e de materiais adaptados:** Outras dificuldades que os discentes Surdos enfrentam no contexto da EPT tratam-se da ausência de inclusão na metodologia de ensino e nos materiais adaptados de apoio pedagógico. Essas dificuldades são encontradas também nos escritos de Costa (2021), Barroso (2020) e Raizer (2020). Em especial, estão diretamente relacionadas à prática docente em sala de aula. Portanto, o docente precisa estar atento e ter conhecimento sobre o universo desse discente Surdo, de modo a considerar, no planejamento, um ensino inclusivo baseado na visualidade, tanto na metodologia quanto nos materiais adaptados.

- **Ausência de interação social no ambiente escolar:** Pode não parecer, mas a ausência de interação social pode afetar diretamente o rendimento educacional de qualquer discente. Uma sugestão relevante que pode ser considerada é o que orienta Tardif (2002) e Manica (2011)

quando afirmam que o docente como sujeito ativo no processo de aprendizagem é um agente de interação social junto a esses discentes. Segundo esses



pesquisadores, o docente precisa saber lidar com as diferenças existentes nos discentes Surdos na construção de uma comunicação e interação no convívio educacional. Portanto, inserir iniciativas que estimulem uma interação direta com esses discentes no planejamento e na sua prática é uma ação necessária ao docente. Inclusive, como agente de interação social, ele precisa estimular essa interação também entre os discentes ouvintes com os Surdos em sala de aula, bem como em todo ambiente escolar. Iniciativas como, por exemplo, fomentar a participação de Surdos em grupos de discentes para as atividades escolares, dentre outras possibilidades.

As dificuldades mencionadas são exemplos dos entraves educacionais que a maioria dos discentes Surdos enfrentam no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Muitos docentes têm presenciado essa realidade e se sentido incapazes diante da impossibilidade de ajudar, devido à falta de formação especificamente inclusiva. Contudo, os docentes que buscam caminhos e meios de auxílio e suporte para esse tipo de ensino precisam compreender que além de conhecer o universo desse discente e suas peculiaridades, também há a necessidade de conhecer melhor o tradutor e intérprete de libras e português (TILSP), pois ele tem um papel fundamental para o ensino dos Surdos.



DIRETRIZ 02: COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DO TILSP E SUAS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Esta diretriz objetiva, como complemento do conhecimento docente acerca do ensino de Surdos, a compreensão do papel e atuação do tradutor e intérprete de Libras e português (TILSP) no âmbito escolar da EPT. No Decreto de nº 5.626/05, quando trata do uso e da difusão da Libras e do português para o acesso das pessoas surdas à educação, encontra-se, além da figura do professor regente, também, o TILSP como personagem importante para a inclusão desses discentes Surdos nos espaços escolares (Brasil, 2005).

Lacerda (2003) explica que no Brasil, após a publicação desse Decreto tornou-se obrigatória a presença desse profissional nos espaços educacionais que recebem discentes Surdos. Uma das principais carências docentes quanto a esse tipo de ensino, além da falta de conhecimento do discente é a não compreensão, da mesma forma, da importância e as possibilidades de atuação desse TILSP.

Sendo assim, torna-se fundamental entender que, no âmbito da EPT conforme Gomes (2020), as contribuições dos TILSP para a prática docente na educação dos Surdos são notadamente evidenciadas. Nesse sentido, o autor destaca ser importante para esse tipo de ensino que o TILSP não participe apenas no momento da aula, mas que seja inserido de maneira colaborativa no processo de planejamento da aprendizagem desse discente Surdo.

2.1 O TILSP COMO MEDIADOR COMUNICACIONAL

De forma geral, sabe-se que o TILSP se encontra na sala de aula para fazer a mediação dos conteúdos ensinados pelo docente para o aprendizado do discente Surdo por meio da Libras. Conforme Quadros (2004), o TILSP é o intérprete educacional que atua como tradutor e intérprete de língua de sinais na educação. Esse profissional domina a língua de sinais e a língua falada do país sendo qualificado para desempenhar a função tradutória e interpretativa.

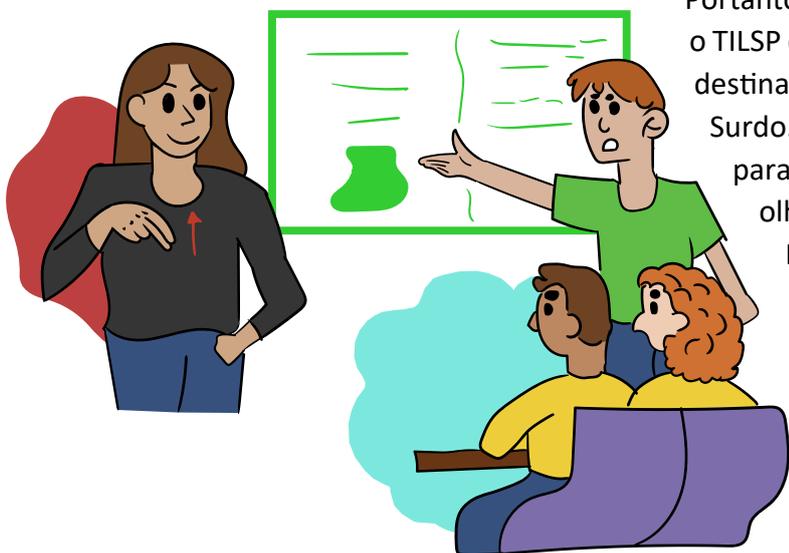
No Brasil, esse profissional precisa conhecer e dominar a Libras e a língua portuguesa, trata-se de uma profissão nova, sendo regulamentada recentemente pela Lei de nº 12.319, em 2010. Em seu Art. 6º é detalhado suas atribuições, no exercício de suas competências:

- I - **Efetuar comunicação** entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, **por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;**
- II - Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de **forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;** [...] (Brasil, 2010, “Grifo nosso”).

No Art. 7º explana-se que o TILSP deve exercer sua atuação profissional com rigor técnico, balizados pelos valores éticos, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do Surdo. Quadros (2004) aponta que o profissional TILSP para atuar na área educacional, é necessário ter formação acadêmica devidamente reconhecida por órgãos competentes e qualificação específica para a função. Inclusive, além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação precisa ter conhecimento da cultura surda e vivência na comunidade das pessoas Surdas.

Nesse sentido, para o docente que tem interesse em conhecer o discente Surdo e sua cultura, torna-se necessário, se aproximar do TILSP, pois ele pode auxiliar na compreensão desse universo Surdo e do tipo de ensino que se enquadra. É importante compreender que o ensino docente somente alcançará ao discente Surdo graças à atuação comunicacional e interpretativa do TILSP em transpor os conteúdos ensinados para Libras.

Essa importância se estende a todo processo educacional desse discente, quer seja nas chamadas, nas atividades, nas avaliações, nas provas. Contudo, o docente necessita entender que na sua prática pedagógica o TILPS é o mediador, ele é a voz do docente e a voz do discente nesse processo educacional. É preciso estar sempre em atenção, como na maioria das vezes o TILSP é o único a saber ambas as línguas isso acaba gerando, quase sempre, um equívoco na percepção docente e discente acerca dessa função interpretativa do TILSP. Esse equívoco é percebido todas as vezes que, em sala de aula, o docente ou discente tiverem algo para comunicar, eles se dirigem ao TILPS e não um ao outro.



Portanto docente, é necessário ter em mente, o TILSP é o canal de transmissão, mas, não é o destinatário, esse destinatário é o discente Surdo. Caso haja algum ponto a explicar para discente Surdo, é recomendável falar olhando para ele, a sua voz chegará em Libras pelo TILSP. Caso o discente Surdo tiver dúvidas, oriente-o fazer diretamente para você, o TILPS trará sonoridade à sinalização desse discente.

Outro aspecto importante, o docente precisa procurar saber se o TILSP está compreendendo o assunto da disciplina isso é importante para que a mensagem chegue clara para os Surdos. Com isso, destaca-se a relevância do TILSP ter acesso ao seu planejamento para poder refletir as técnicas de interpretação adequadas em cada contexto de ensino.

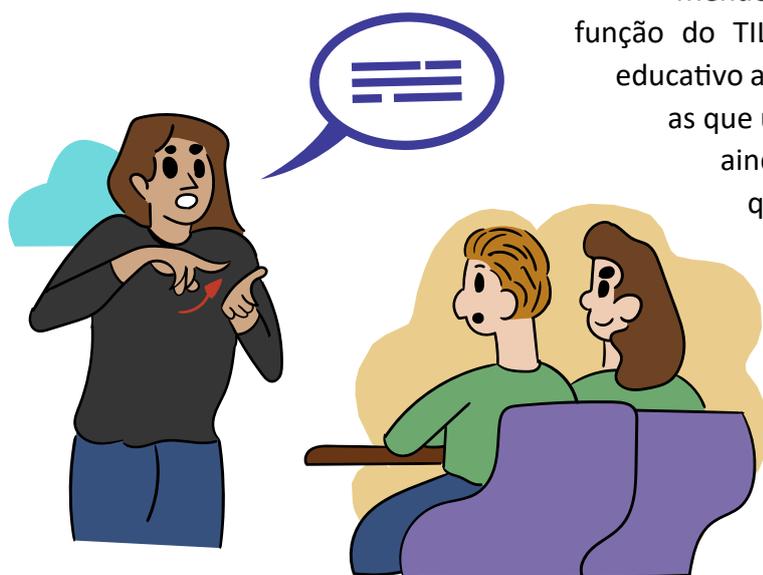
Na verdade, e conforme Monteiro (2019), as discussões relacionadas as atribuições e à atuação dos TILSP, em especial, no espaço educacional, ainda são bastante incipientes. Porém, com os conhecimentos específicos desse discente e a expertise na Libras é possível que esse TILPS possa colaborar de maneira mais significativa, além da interpretação, para esse ensino de Surdos.

2.2 O TILSP COMO AGENTE INCLUSIVO

As interações sociais e humanas, presentes em sala de aula e no ambiente educacional, segundo Tardif (2002), são fundamentais para o processo educativo dos discentes. Essa importância é fundamental na proposta da educação especial, na perspectiva inclusiva, quando se insere os discentes PcD nas salas de aulas regulares com os demais discentes sem deficiências. Nesse sentido, extinguir as barreiras com acessibilidades no contexto educacional mostra-se crucial.

Os Surdos, sendo pessoas com deficiência auditiva, vivem diariamente esse dilema da inclusão: barreira versus acessibilidade. Sasaki (2009) define acessibilidade como o direito de ir e vir para todos, sendo acessível todo e qualquer conteúdo, lugar ou produto. Refere-se, com isso, a um despertar para uma consciência social coletiva. Portanto, a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que se deseja ver e ter em todos os contextos e situações da atividade humana, reafirma esse autor.

Nesse sentido, no tocante aos Surdos, essa acessibilidade recai, principalmente, no eixo comunicacional, devido as barreiras linguísticas impostas pela deficiência na perda auditiva. Neste aspecto, o TILSP mostra-se essencial em todas as instâncias da interação social desses sujeitos, inclusive na vivência educacional. Lacerda (2003) afirma que o TILSP é um profissional essencial na mediação e acesso aos conhecimentos para discentes Surdos, conforme prevê o Decreto 5.626. Entretanto, Lacerda e Santos (2014), também reconhecem a importância do TILSP quando, além dessa mediação de conteúdos, se apresenta como uma figura importante para as oportunidades de inserção e interação social no espaço escolar. Importante para o docente compreender que a presença e função do TILSP pode viabilizar a comunicação entre surdos e ouvintes, atuando na fronteira entre os sentidos da língua oral (português) e da língua de sinais em um processo ativo, dinâmico e dialético, conforme aponta as autoras.



Mendes (2012) ratifica ao declarar que a função do TILSP é essencial dentro do processo educativo ao facilitar a compreensão entre pessoas que usam duas línguas distintas. Ele afirma ainda que essa atuação envolve também questões culturais e sociais que estão em funcionamento dentro dos diferentes usos da linguagem nas interações humanas.

Evidencia-se que no ensino essa interação em sala de aula entre docentes e discentes ouvintes ocorre, principalmente, por meio da oralização. Na educação das pessoas Surdas, essa interação e comunicação fica, geralmente, no encargo do TILSP.

Nesse contexto, a educação inclusiva para discentes Surdos, o TILSP atua, conforme Nascimento (2012) e Santos, Grillo e Dutra (2010) como um agente de fundamental importância

para a inclusão desses discentes. O TILSP é a mediação comunicacional dos discursos produzidos em língua de sinais e em línguas orais, oportunizando a interação entre Surdos e ouvintes. Esse profissional representa, portanto, o elo entre as culturas dos ouvintes e dos Surdos conferindo, dessa forma, uma figura importante ao desempenhar um papel de grande valor na acessibilidade e, conseqüentemente, na inclusão comunicacional desses discentes nos espaços escolares.

Sendo assim, o docente conhecedor da importância da interação social para o aprendizado desse discente Surdo precisa criar um ambiente em sala de aula propício para que haja essa interação entre ele e os discentes Surdos e entre discentes ouvintes e surdos. Para isso, precisará, pelo menos de início, o apoio crucial do TILPS nesse processo de interação. Com o tempo, quando os discentes Surdos se sentirem presentes, incluídos e respeitados pelo que são, naturalmente, essa interação com os demais irá fluir de maneira espontânea, leve e livre. Todavia, para chegar a esse ponto, você docente precisa do auxílio do TILPS na construção dessa importante interação social em sala de aula com os discentes Surdos.

Por fim, esse TILSP além da sua importância na transmissão de conteúdos e na interação social, também se apresenta como importante suporte pedagógico docente e discente em todo processo de aprendizagem no ensino das pessoas Surdas.

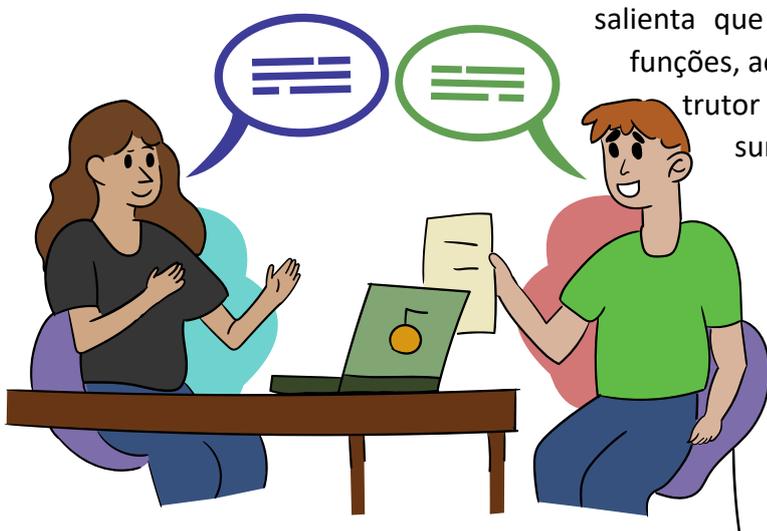
2.3 O TILSP COMO SUPORTE PEDAGÓGICO

É importante compreender que geralmente o suporte pedagógico refere-se ao apoio oferecido no contexto educacional para promover o desenvolvimento e o sucesso dos discentes. Esse suporte pode assumir diversas formas e ser direcionado a diferentes aspectos do processo educativo. Do ponto de vista inclusivo, ele busca garantir que todos os discentes, incluindo aqueles com necessidades específicas, tenham acesso igualitário à educação e recebam o suporte necessário. O TILSP como suporte pedagógico constituiu-se como um elemento fundamental para criar um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz para os discentes Surdos, de maneira que ele tenha a oportunidade de atingir seu potencial máximo.

De acordo com Lacerda, Santos e Caetano (2014) o TILSP pode trazer contribuições valiosas ao professor, com relação ao processo de aprendizagem desses discentes Surdos. Isso devido à proximidade do TILSP com a comunidade surda e seus conhecimentos sobre a cultura

e as especificidades deles. Nessa direção, Tuxi (2009) salienta que o TILSP pode atuar em diversas funções, acrescentando-se o papel de co-construtor de conhecimento para o discente surdo, pois, há momentos que ele precisa parar de interpretar a aula e começa a explicar o conteúdo direcionado exclusivamente para o Surdo.

Portanto, do ponto de vista como suporte pedagógico, é necessário que o docente entenda a importância da parti-



cipação do TILSP no planejamento, ensino e avaliação desses discentes. Com o auxílio desse profissional o docente pode viabilizar sua prática para esses discentes de maneira efetiva.

Com o apoio da atuação e dos conhecimentos do TILSP o docente tem condições de elaborar um planejamento que atenda às necessidades educacionais desses discentes. Isso significa um planejamento de ensino e avaliação que considere a inclusão desses discentes com perda auditiva e que têm suas vivências baseadas, exclusivamente, na visualidade. Esse apoio se faz necessário devido à falta de formação docente para esse tipo de ensino inclusivo que, geralmente, não sabe Libras e nem a cultura surda. Por isso, o TILSP se apresenta sendo um importante suporte pedagógico para esse fim.

O docente precisa perceber que esse suporte pedagógico presente na atuação do TILSP alcança e ajuda tanto na sua prática quanto à prática discente na aquisição do aprendizado. Sua atuação, portanto, se apresenta, de certa forma, como “co-docente” ou “co-constitutor” de conhecimento para os discentes Surdos.

Nesse sentido, é necessário e recomendado que o docente perceba e compreenda a necessidade de incorporação no envolvimento do TILSP na prática docente a partir, primordialmente, no planejamento didático.



DIRETRIZ 03: DESENVOLVER UM TRABALHO PARTICIPATIVO COM O TILSP

Esta diretriz tem como finalidade orientar o docente sobre a importância do trabalho em parceria com o TILSP para o ensino de Surdos. Objetiva-se, igualmente, instruir o docente a como desenvolver esse trabalho participativo e colaborativo em todo o processo educacional a partir do planejamento, ensino e avaliação.

3.1 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARTICIPATIVO ENTRE DOCENTE E TILSP

O docente que conhece o discente Surdo por meio da sua cultura, sua especificidade linguística e compreende a atuação do TILSP como suporte comunicacional, interacional e pedagógico, precisa saber da mesma forma, como utilizar esses conhecimentos a favor da sua prática docente inclusiva. Nesse sentido, é mister aprender como realizar esse trabalho de maneira participativa com esse TILSP.

Esse trabalho de parceria entre o docente e o TILSP em que ambos se responsabilizam pela educação do discente Surdo apresenta uma relevância fundamental, pois, proporciona uma qualidade de ensino para esses discentes. Nessa parceria, o docente que busca trabalhar em conjunto ao TILSP pode planejar e criar estratégias pedagógicas, bem como, elaborar materiais direcionados a esse público, delineando um ambiente propício ao aprendizado. Neste aspecto, essa prática pedagógica de trabalho colaborativo entre esses atores no processo educativo desses discentes mostra-se fundamental para a formação integral e omnilateral proposto pela EPT, conforme é apresentado por autores como Kelman (2005), Sousa e Maciel (2021) e Santiago e Santos (2015).



No contexto da EPT, mesmo o TILSP tendo conhecimento em relação ao discente surdo, ele desconhece, geralmente, os conteúdos das disciplinas, principalmente as técnicas. Por sua vez, o docente tem domínio desse conteúdo disciplinar, porém, praticamente nada sabe sobre esse discente surdo. Diante desse contexto, ele precisa considerar esse aspecto que trata do desconhecimento mútuo, conforme é apresentado por Santos Junior (2020), pois, enquanto um conhece o conteúdo da disciplina o outro compreende a melhor forma de viabilizar o ensino ao Surdo. Isso afeta diretamente a atuação deles, conseqüentemente, o aprendizado desse discente Surdo.

Para ambos, esse trabalho em parceria

mostra-se fundamental tanto para a prática docente quanto para a atuação interpretativa do TILSP. Essa parceria possibilita na criação de estratégias, materiais adaptados e metodologias inclusivas específicas para esse público. Nesse sentido, pode ser representado também, como um apoio mútuo em que o TILSP auxilia o docente na compreensão da cultura surda e especificidades linguísticas desses discentes. Em contrapartida, o docente pode auxiliar o TILSP na compreensão dos conteúdos específicos para facilitar sua atuação tradutória interpretativa por meio da Libras.

Percebe-se, portanto, que essa parceria se justifica, pois, ambos têm dificuldades e conhecimentos necessários que se complementam para esse tipo de ensino inclusivo. Entretanto, para se efetivar esse trabalho colaborativo, em especial no planejamento docente, mostra-se necessário o docente compreender, além das dificuldades educacionais desses discentes. Precisa, também, identificar e compreender suas dificuldades e as dos TILSP nesse contexto de Educação Profissional e Tecnológica a fim de elaborar, baseado nessas dificuldades, estratégias que facilite sua prática docente, a atuação do TILSP, e, por conseguinte, o aprendizado do discente Surdo.

3.2 COMPREENDENDO AS DIFICULDADES PARA PRÁTICA DOCENTE.

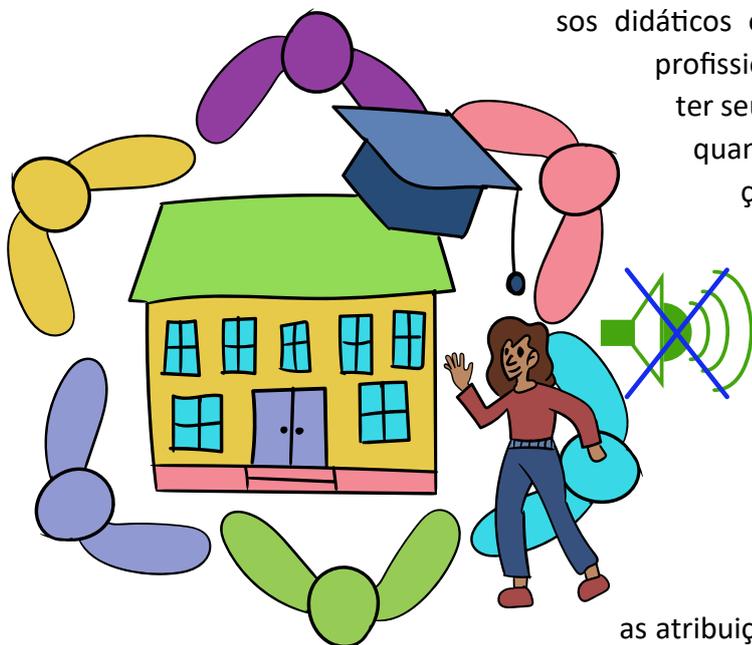
Nesta seção será abordado algumas barreiras para a prática docente inclusiva voltada para o ensino de surdo no âmbito da EPT. Dentre essas dificuldades destacam-se a ausência de formação inclusiva, a dependência total ao TILSP, a falta de recursos didáticos ou materiais adaptados e a necessidade de um apoio institucional específico para esse tipo de ensino.

- **Ausência de formação inclusiva:** Talvez essa seja a maior dificuldade que o docente encontre para esse tipo de ensino. Devido a essa falta de formação o docente enfrenta sérias dificuldades em todo o processo educacional desses discentes Surdos. A sua prática que abrange o planejamento, o ensino e a avaliação ficam prejudicados porque o docente não sabe como realizar esse tipo de trabalho pedagógico voltado para esses discentes. Muitos docentes alegam que não tiveram, na sua formação inicial ou continuada, esse tipo de formação para se trabalhar com esse discente em sala de aula. No geral, não sabem como se dá o aprendizado para esse discente Surdo, qual ou quais metodologias se adequam, como se avalia eles dentre outros aspectos.



É mister que o docente diante desse entrave quando existir Surdos em sua aula precise buscar de alguma forma atenuar essa dificuldade da falta de formação. Sabe-se que o docente tem um tempo limitado com várias disciplinas. Todavia, ele precisa se responsabilizar pelo ensino desse discente Surdo ao buscar meios de superar essa dificuldade. Para tanto, é necessária essa consciência inclusiva que gere um compromisso de fazer o melhor possível para que esse discente seja devidamente atendido com uma educação de qualidade.

- **Necessidade de Apoio institucional:** Outra dificuldade docente que amplifica a ausência de formação inclusiva é a dificuldade institucional, por meio do NAPNE, de oferecer suporte pedagógico para esse ensino de Surdos. Essa dificuldade pode ser representada pela falta de orientação e instrução específica, ausência de recursos



didáticos e materiais adaptados e pela falta de profissionais especializados. É comum o docente ter seu primeiro contato com ensino de Surdos quando se depara em sala de aula a presença desses discentes. Contudo, a sua maior dificuldade nesse cenário é que geralmente o docente não encontra **orientação e instrução institucional** sobre esse tipo de ensino específico.

O docente a partir do momento que vai receber em sala uma pessoa Surda precisa ter orientações de como é o aprendizado desse discente, também saber, por exemplo, quais são

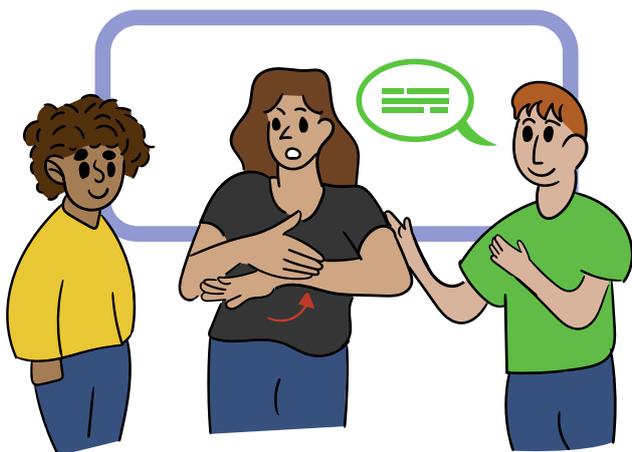
as atribuições do TILSP nesse tipo de ensino. Entre

tanto, muitas vezes nem sequer é informado, antecipadamente, da presença deles em sala de aula, muito menos orientações acerca desse novo desafio educacional para esse docente. Diante dessa nova realidade esse docente, portanto, não possui as informações necessárias para o ensino desse Surdo e as atribuições e como se trabalhar com o TILSP nesse processo. O docente, em geral, além de não possuir formação inclusiva, frequentemente não dispõe, de maneira institucional, **recursos didáticos e materiais adaptados** como suporte pedagógico para esse tipo de ensino. Na verdade, muitos nem sequer sabem da existência de algum tipo desse material na sua disciplina voltado para os Surdos.

Autores como Barroso (2020) e Costa (2021) evidenciam a necessidade do uso de materiais adaptados para auxiliar o docente no processo de ensino e aprendizagem de discentes Surdos. Outra necessidade para a prática docente frente a esses discentes trata-se do apoio de **profissionais especializados**. Infelizmente, no contexto da EPT, o docente geralmente não dispõe desses profissionais especializados para auxiliá-lo na sua prática de ensino de Surdos, conforme afirmam Santos Junior (2020) e Andrade (2024).

Nesse sentido, um dos destaques dessa ausência refere-se ao professor de Atendimento Educacional Especializado — (AEE). Além do professor de AEE torna-se necessário profissionais capacitados na área da Surdez a fim de instruir e ajudar o docente, sendo fundamental para o ensino de Surdos.

- **Dependência total do TILSP:** Essa dificuldade pode ser compreendida naturalmente como resultado das anteriores. O docente que não possui formação específica e encontra dificuldades no apoio institucional acaba dependendo por completo do TILSP. Isso por ele conhecer o discente Surdo e está mais próximo e sempre acessível.



TILSP pode ser transformada numa importante parceria ao desenvolver um trabalho colaborativo.

Recomenda-se, portanto, que o docente busque sempre atenuar as suas dificuldades de falta de formação e de apoio institucional com o auxílio do TILSP. Todavia, esse TILSP também enfrenta suas barreiras específicas nesse contexto da EPT e precisa, igualmente, do apoio docente para sua atuação no ensino de Surdos. Desta feita, torna-se importante o docente identificar essas dificuldades do TILSP e, no que estiver ao seu alcance, ajudá-lo no intuito de facilitar a atuação dele e, conseqüentemente, no aprendizado desse discente Surdo.

3.3 COMPREENDENDO AS DIFICULDADES PARA A ATUAÇÃO DO TILSP

Para desenvolver um trabalho participativo com o TILSP, o docente também precisa entender as dificuldades que eles enfrentam no ensino de Surdos. Esse conhecimento ajudará o docente a apoiar permanentemente o TILSP diante das dificuldades no ensino do discente Surdo no contexto da EPT. Desse modo, as dificuldades do TILSP no contexto da Educação Profissional e Tecnológica podem ser percebidas e compreendidas em 04 (quatro) eixos, a saber: **institucional, docente, discente Surdo e conteúdo das disciplinas técnicas.**

1 Institucional (NAPNE)



1.1 Falta de Conhecimento do Surdo e sua Cultura

As pesquisas revelam que nos Institutos Federais, no geral, os NAPNEs desconhecem o discente Surdo, suas necessidades educacionais e como realizar esse tipo de ensino. A maioria dos profissionais que compõem os NAPNEs não dominam os conhecimentos sobre a surdez e nem a Libras, conforme aponta Cunha (2020). Isso acaba dificultando a elaboração de um planejamento integral que considere não apenas a entrada, mas a permanência e êxito escolar do discente Surdo. Esse cenário dificulta diretamente a atuação do TILSP, pois muitas vezes, precisa improvisar para atenuar as carências que esse discente encontra pela falta de preparo institucional voltado para seu aprendizado.

1.2 Falta de Conhecimento do TILSP

A instituição que não conhece o discente Surdo provavelmente também desconhece a função e atribuições do TILSP para esse tipo de ensino. Uma das dificuldades, por exemplo, é a instituição atrelar o trabalho deles apenas ao contexto de sala de aula. Porém, existem várias situações em torno da aprendizagem dos discentes Surdos que o TILSP pode auxiliar, como a construção de materiais didáticos, podendo ser utilizados como suporte pedagógico para o aprendizado desse discente. Contudo, o tempo de atuação do TILSP geralmente é cobrado de maneira integral em sala de aula, fato que impossibilita o TILSP tanto para se preparar e planejar melhor sua atuação interpretativa, diante dos diversos conteúdos, quanto na construção de materiais adaptados, necessários para o ensino inclusivo.

1.3 Falta de Materiais Adaptados

A inexistência de materiais adaptados para o ensino de Surdos no âmbito da EPT dos Institutos Federais é uma realidade frequente, conforme afirma Costa (2021). Essa ausência dificulta tanto a prática docente quanto a atuação do TILSP no ensino do discente Surdo. Por isso, torna-se necessário o docente, junto ao TILSP, buscar atenuar essa dificuldade com a criação de materiais para esse tipo de ensino, pois, segundo Barroso (2020) e Raizer (2020), eles são fundamentais para o aprendizado e inclusão educacional desses discentes.

1.4 Falta de Profissionais Especializados

A inexistência de profissionais especializados na instituição, a exemplo do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com especialização na área de Educação Especial ou Inclusiva. O envolvimento desse profissional, especificamente no ensino de pessoas Surdas, poderia prover o suporte ao atendimento assertivo aos atores envolvidos nesse processo, assim como no apoio metodológico e no desenvolvimento de materiais adaptados, conforme Silva (2017). Todavia, é muito incipiente o serviço de AEE dentro dos Institutos Federais, o que leva o docente a buscar apoio na experiência do TILSP, a fim de tentar tornar sua prática acessível aos discentes Surdos. Contudo, essa atribuição não pertence ao TILSP, que, por sua vez, também necessita do apoio particularizado do AEE.

2

DOCENTE



2.1 Falta de Formação Inclusiva

A formação inclusiva docente existente na EPT tem se materializado de forma difusa. Há um entendimento institucional, conforme aponta Andrade (2024), que muitas iniciativas para esse tipo de formação específica são realizadas, predominantemente, em apenas oferecer cursos básicos de Libras. Contudo, nenhuma iniciativa é essencialmente voltada para a conscientização e sensibilização das ações necessárias junto ao docente, de modo que desenvolva sua prática eficientemente ou o mais próximo possível da realidade do discente Surdo junto ao TILSP. Essa falta de sistematização na

formação docente gera uma dependência total da atuação do TILSP, sobrecarregando o trabalho dele, dado que ele precisa improvisar e até se responsabilizar por situações que estão fora de sua atuação.

2.2 Falta de Apoio Docente

A falta de formação docente resulta na ausência de apoio por parte dele ao TILSP. Na prática, o planejamento docente, no geral, não é disponibilizado, e muito menos é realizado de forma compartilhada com o TILSP, o que dificulta a sua atuação, devido à falta de apoio do docente. Segundo Barreto (2021), essa dificuldade se agrava, pois o desconhecimento sobre esse tipo de ensino leva o docente a transferir a responsabilidade do aprendizado do discente Surdo para o TILSP. Com isso, torna-se imprescindível que o docente se conscientize de sua total responsabilidade com o ensino desse discente e, para isso, necessita realizar um trabalho em parceria, em que tanto o docente quanto o TILSP se apoiem mutuamente.

3 DISCENTE SURDO

3.1 Dependência Total do TILSP

As dificuldades do discente Surdo, como a falta de conhecimento da Libras, a dificuldade do português escrito, o déficit de aprendizagem, a falta de autonomia, dentre outras, aumenta o esforço do TILSP para atender as necessidades educacionais de aprendizado desses discentes. Nesse contexto, mostra-se importante que o docente esteja atento e busque apoiar o TILSP e, conseqüentemente, o discente Surdo nessas dificuldades.

4 CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS TÉCNICAS

4.1 Falta de Conhecimento

Uma das maiores dificuldades que o TILSP enfrenta nas disciplinas técnicas trata-se do conhecimento dos conteúdos, pois mesmo atuando em um contexto de polivalência, esse profissional costuma interpretar as disciplinas gerais da base comum. Porém, no contexto da Educação Profissional Tecnológica, ele também precisa ter conhecimento dos conteúdos das disciplinas específicas. Nesse sentido, o docente precisa, de alguma forma, orientar e instruir o TILSP para que consiga compreender os conteúdos específicos ensinados pelo docente nas disciplinas técnicas.

4.2 Falta de Acesso Antecipado do Planejamento

A dificuldade da falta de acesso ao planejamento docente se agrava quando se trata dos conteúdos específicos das disciplinas técnicas, com termos técnicos, sendo inco-muns ao contexto regular educacional ao que o TILSP conhece. Com isso, mostra-se fundamental a parceria na construção de um planejamento participativo inclusivo.

Essa ação ajudará na atuação de todos os envolvidos no ensino de Surdos na EPT: docentes, TILSP e discente Surdo.

4.3 **Falta de Sinais Específicos**

Além da dificuldade do TILSP em conhecer o conteúdo técnico, outro entrave associado à sua atuação é a falta de sinais em Libras para termos e definições específicas. Esse elemento, sem dúvidas, dificulta a atuação do TILSP, que precisará de estratégias de interpretação para transpor a ideia do conteúdo para a Língua de Sinais.

4.4 **Falta de Tempo**

Essa dificuldade se encaixa igualmente no eixo institucional, em que o TILSP, diante de tantas demandas, não dispõe de tempo para se organizar adequadamente na compreensão e aprimoramento da interpretação dos conteúdos.

4.5 **Forma de Exposição**

Essa barreira está associada à falta de formação docente, pois a exposição dos conteúdos de forma exclusivamente oral, sem recursos e metodologias visuais dificulta consideravelmente a atuação do TILSP. Nessa direção, o docente precisa desenvolver uma metodologia de ensino que atenda esse público-alvo. Fazendo isso, ele ajuda consideravelmente à atuação do TILSP e, por conseguinte, o aprendizado do discente Surdo.

O docente que conhece, ainda que minimamente, o ensino de Surdos, as atribuições do TILSP, a importância do trabalho em parceria e compreende as dificuldades de cada envolvido nesse processo, a saber: o docente, o TILSP e o discente Surdo, no contexto da EPT, tem possibilidade e condições de elaborar um planejamento participativo que considere e efetive um ensino inclusivo para esse discente nesse contexto educacional.



DIRETRIZ 04 : REALIZAR UM ENSINO INCLUSIVO

Esta diretriz tem por objetivo orientar o docente sobre como realizar um ensino inclusivo para Surdos no contexto da EPT. Para tal propósito, torna-se necessário um trabalho em parceria com o TILSP. Nesse sentido, é importante considerar, na realização desse ensino inclusivo, uma prática docente que conceba a **interação social, as metodologias visuais e os materiais adaptados** como fundamentais para o ensino inclusivo de Surdos.

4.1 O ENSINO POR MEIO DA INTERAÇÃO SOCIAL

É recomendado que o docente conceba a interação social como fundamental para o processo e desenvolvimento do aprendizado de qualquer discente. O discente Surdo, em especial, enfrenta barreiras linguísticas nessa temática, pois, geralmente apenas encontra essa interação na figura do TILSP, no âmbito escolar. Todavia, o docente necessita entender que sua comunicação, por mais básica que seja com esse discente, é imprescindível para seu aprendizado. Nesse sentido, para o ensino de Surdos no contexto da EPT, é necessário que o docente assuma o papel de agente de interação social, comprometido com a inclusão, conforme destacam Tardif (2002) e Manica (2011).

Essa figura de agente de interação social significa que o docente não apenas desenvolva uma comunicação direta com esse discente, mas também promova uma interação social entre discentes ouvintes com os Surdos. Para isso, depende diretamente do apoio do TILSP para essa ação de interação social desse discente Surdo, não apenas em sala de aula, mas em todo ambiente escolar.

- **Estratégias de comunicação e interação social entre o docente e discente ouvinte com o discente Surdo:** O docente precisa entender que depende da sua iniciativa para que haja uma comunicação com o discente Surdo. Por via de regra, o discente Surdo traz consigo um histórico escolar de docentes que não se comunicam diretamente com eles, recorrendo sempre a figura do TILSP. Isso acontece devido o docente normalmente afirmar que não sabe como realizar essa comunicação por não saber Libras.

Todavia, esse docente deve entender que essa comunicação, por mais simples que seja, é importante para esse discente. Pode representar para ele que o docente o enxerga e se importa impactando positivamente o interesse e aprendizado desse discente.

Algumas estratégias podem ser utilizadas pelo docente para melhorar tanto a sua comunicação e interação, quanto da turma junto a esse discente.

- **Solicite um sinal próprio de Libras ao discente Surdo e aprenda como sinali-**

zar: Essa ação significa um tipo de “batismo” que representa o registro de entrada da pessoa na comunidade surda. O docente que toma essa iniciativa mostra minimamente que reconhece esse discente na sua cultura e de alguma forma quer fazer parte disso.

- **Aprenda sinalizar o sinal do discente Surdo:** Após aprender o próprio sinal é necessário saber o sinal do discente Surdo, são ações básicas para se ter um início de interação, agora que se “conhecem” desenvolva essa interação.



- **Aprenda usar o sinal do discente Surdo na chamada:** Normalmente o TILSP que responde pelo discente porque a chamada sempre é oralizada. Assim que chegar a vez desse discente procure sinalizar o sinal próprio dele olhando para ele. Isso representa um passo inicial importante para a

inclusão escolar por meio de interação social desse discente. Com o passar do tempo naturalmente o docente e os demais discentes irão memorizar o sinal desse discente. Isso o fará se sentir incluso na turma.

- **Aprenda a tratar o discente Surdo igualmente aos outros discentes:** A sua postura com o discente ouvinte precisa ser a mesma com o Surdo, não o trate de maneira diferenciada. Se esse discente por algum motivo precisa ser chamado a atenção, faça, da mesma forma que faz com outros discentes. Esse tratamento precisa ser realizado diretamente olhando para ele, não se preocupe que a sua voz chegará para ele em Libras por meio do TILSP. O docente que age sem diferenciação, tipo se tem o perfil de brincar com os discentes, brinque com o Surdo também, se for mais rígido que seja com a turma toda. O discente Surdo gosta de se sentir participante e incluso na turma e para isso é importante essas iniciativas.

- **Aprenda estimular a interação social entre os discentes:** Caso tenha mais de um discente Surdo em sala de aula, procure estimular a comunicação desses discentes com os demais. Por exemplo, trabalhos em grupos, procure separar os discentes Surdos para estimular a comunicação deles com os demais. Sabe-se que o TILSP precisará se desdobrar para dar suporte para esses discentes em grupos separados, porém o ganho será maior de interação social com os demais discentes. Nesse sentido, é fundamental também um trabalho de conscientização com os discentes ouvintes no acolhimento desse discente Surdo nas atividades em grupos.



- **Estimule ao discente Surdo participar das apresentações escolares:** É comum em alguns contextos escolares ter eventos alusivos às datas comemorativas com apresentações de discentes para toda comunidade escolar. Mostra-se importante o docente estimular a participação desse discente igual aos demais. Talvez pense que sendo apresentações que usam a voz esse discente não pode participar. Mostra-se imperativo ao docente entender que esse discente Surdo tem voz sim por meio da Libras sendo representada pela voz do TILSP que normalmente pode fazer a tradução da participação desse discente.
- **Aprenda Libras:** É óbvio que o docente que aprende a Libras, mesmo o básico, tende a desenvolver melhor essa comunicação e interação. Contudo, mais importante que aprender Libras é desenvolver essa **acessibilidade atitudinal**, pois, o discente sente quando é importante ou não para o docente e mesmo que não saiba se comunicar com a Libras quando há essa consciência inclusiva de alguma forma essa comunicação e interação social acontece. Ressalta-se que não há exigências para o docente de Surdos saber Libras, mas é fundamental haver acessibilidade atitudinal para que essa inclusão aconteça.

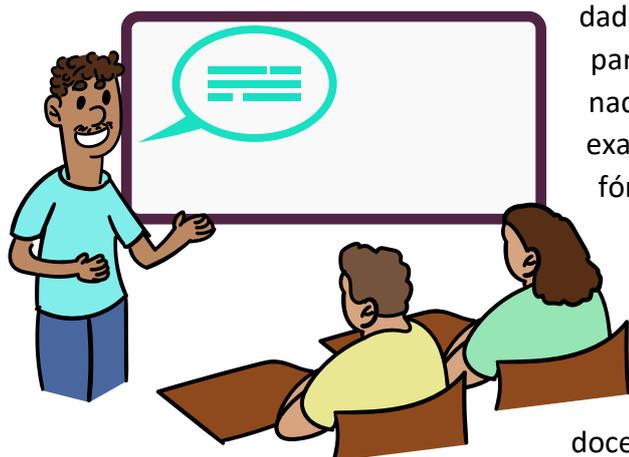
Quando o docente tem essa consciência e responsabilidade inclusiva ele tende a desenvolver de alguma forma essa comunicação e interação social junto ao discente Surdo. Com isso, consegue no mínimo ter a atenção e a consideração desse discente por entender que essa boa relação entre eles se mostra fundamental para o processo de aprendizagem. Na verdade, essa interação trata-se de criar um ambiente propício para o aprendizado desse discente. Nessa direção, para se efetivar esse ensino inclusivo há a necessidade do docente compreender, também, que muito mais que interação esse discente precisa de metodologias visuais que se coaduna com suas necessidades educacionais.

4.2 O ENSINO POR MEIO DAS METODOLOGIAS VISUAIS INCLUSIVAS

Para realizar um ensino inclusivo voltado a discentes Surdos independentemente do contexto escolar é imprescindível o uso de metodologias visuais. Como a visualidade para o discente surdo é o principal meio para adquirir seu aprendizado, se faz necessário que o docente explore ao máximo o imagético na sua forma de ensino. Para tanto, conforme foi apresentado na interação social com o discente Surdo em sala de aula, o docente precisa manter essa proposta de visualidade durante todo o processo de ensino dos conteúdos disciplinares.

Aguiar (2021) e Xavier (2020), defendem que o uso das metodologias visuais possibilita uma adequação no ensino inclusivo de Surdos, pois, considera atender as necessidades linguísticas desses discentes. De acordo com Andrade (2024) os docentes compreendem que a maior necessidade desses discentes é o uso combinado da presença do TILSP e das metodologias visuais em sala de aula. Todavia, informam que não sabem utilizar essas metodologias visuais, mesmo compreendendo sua importância para o aprendizado dos discentes Surdos. Com isso, mostra-se essencial e recomenda-se que os docentes de Surdos utilizem tais metodologias que podem ser representadas:

- **Busque ensinar de frente para a Turma:** O docente precisa entender da necessi-



dade de sempre se comunicar de frente para a turma para que o discente Surdo entenda que está sendo lecionado algum conteúdo. Ou seja, se é um docente de exatas, por exemplo, que costuma escrever no quadro fórmulas e desenhar gráficos enquanto leciona, geralmente faz isso de costas para a turma, para o discente ouvinte isso é normal pois utilizam a visão e audição para acompanhar o que está sendo ensinado. Todavia, para o discente Surdo, mesmo que o TILSP esteja interpretando o contato visual com o docente é importante, pois esse discente utiliza exclusivamente a visão para ver e “ouvir”. Quanto mais o docente fizer esse contato visual mais vínculo terá com esse discente e mais inclusivo será sua forma de lecionar.

- **Busque ensinar usando recursos visuais:** Considerando essa perspectiva da visualidade para o aprendizado dos discentes Surdos torna-se necessário e recomendado que o docente busque variados recursos visuais que sirvam de apoio pedagógico para o ensino voltado a esses discentes. Nesse aspecto, toda ação voltada para explorar essa visualidade é necessária como o uso de slides para lecionar os conteúdos, porém cabe frisar que os slides precisam ser imagéticos contendo pouco texto e mais informações visuais. Caso o docente for usar algum tipo de vídeo, filme ou animação é imprescindível a janela do TILSP e importante também o uso de legendas caso o discente Surdo tenha uma boa leitura. Em relação as atividades, que sejam o mais visuais possíveis, por exemplo, se o docente pedir um resumo de algum texto, artigo ou livro, ele pode solicitar que o discente Surdo faça esse resumo em vídeo Libras e solicitar que o TILSP faça a tradução.

- **Busque ensinar em parceria com o apoio do TILSP:** Essa talvez seja a mais importante recomendação para o docente que deseja atender a esses discentes em suas necessidades educacionais de aprendizado. Segundo Kelman (2005) quando os docentes e TILSP trabalham juntos há uma maior qualidade de ensino. Portanto, segue alguns aspectos importantes nesse trabalho colaborativo em sala de aula.



- **A autonomia do TILSP é importante:** Sabe-se que a condução e responsabilidade do ensino em sala de aula é de responsabilidade docente. O TILSP também tem plena consciência e por isso muitas vezes fica inibido na sua atuação devido à falta de apoio, diálogo e espaço docente no processo educacional desses discentes. Requer que o docente inclusivo que se preocupa com os discentes

Surdos mantenha diálogo, espaço e apoio para a atuação do TILSP como suporte pedagógico para esse tipo de ensino.

- **O aprendizado do TILSP é importante:** Por incrível que pareça, o docente deve compreender que o seu ensino precisa alcançar a todos na sala de aula, inclusive ao TILSP. Fazendo isso, o TILSP terá plena condições de transpor os conteúdos ensinados para os discentes Surdos por meio da Libras. Isso facilita a atuação do TILSP e o aprendizado desse discente. Para tanto, é importante investir tempo em ajudar ao TILSP no conhecimento dos conteúdos, principalmente àqueles técnicos das disciplinas específicas do contexto da EPT.
- **A localização do TILSP é importante:** Em geral nas palestras os TILSP precisam ficar localizados de forma que todos os Surdos do ambiente possam vê-lo independentemente de onde esteja o palestrante. No contexto educacional isso não se aplica e mostra-se importante que o TILSP esteja o mais próximo possível do docente na hora do ensino de forma que o discente possa visualizar a ambos. Em especial, as disciplinas de exatas em que os docentes utilizam com frequência números, fórmulas e contas no quadro enquanto ensina. Fica inviável para o TILSP e principalmente para o discente acompanhar essa explicação se estiverem distantes um do outro. O ideal é o TILSP ao lado do docente utilizando os mesmos recursos visuais do quadro ao explicar os conteúdos.

Essas são algumas estratégias pedagógicas dentre tantas que o docente pode colocar em prática para realizar um ensino inclusivo voltado para discentes Surdos independentemente da disciplina ou contexto educacional que leciona. Para tal, é mister associar materiais adaptados a essas metodologias inclusivas.

4.3 O ENSINO POR MEIO DOS MATERIAIS ADAPTADOS

Para realizar um ensino inclusivo para pessoas Surdas além do uso de metodologias visuais é igualmente importante o uso de materiais adaptados. Ambos tornam o aprendizado significativo para esses discentes, despertando neles o interesse pelos estudos conforme indica Costa (2021). O uso de materiais adaptados auxilia o professor no processo de ensino e aprendizagem desses discentes. Nesse aspecto, materiais adaptados para surdos representam facilitar o aprendizado deles, considerando os elementos essenciais para seu aprendizado como sua visualidade e sua língua de sinais, ou seja, o docente para providenciar esses materiais adaptados precisa:

- **Buscar construir baseado numa metodologia Bilíngue:** Não faz nenhum sentido para esses discentes o suporte pedagógico de materiais que estimulem apenas a audição ou oralização como o podcast, por



exemplo. O docente necessita construir ou providenciar materiais adaptados, mesmo que seja para toda a turma desde que os torne inclusivo para os Surdos por meio de uma metodologia bilíngue, ou seja, baseada na visualidade e na língua de sinais.

- **Buscar construir junto com o TILSP:** Quando se compreende que tais materiais precisam ser planejados e criados com base na visualidade e na língua de sinais surge naturalmente a dependência do docente acerca da ajuda do TILSP para tal empreitada. Há escassez de materiais adaptados para esse tipo de ensino inclusivo e para se construir esses materiais é crucial o trabalho colaborativo entre docente e TILSP. Essa parceria pode criar estratégias, metodologias visuais e, inclusive, materiais adaptados para esse público específico, conforme aponta Andrade (2024).

O docente que necessita realizar esse ensino inclusivo deve buscar fazê-lo por meio de metodologias visuais e materiais adaptados direcionado aos discentes Surdos. Para essa finalidade, torna-se crucial o suporte pedagógico do TILSP. Sendo assim, recomenda-se que o docente busque trabalhar em parceria de maneira colaborativa e participativa do TILSP em todo o processo educacional desses discentes desde o planejamento, ensino e avaliação.



DIRETRIZ 05: ELABORAR E APLICAR UMA AVALIAÇÃO INCLUSIVA

Esta diretriz tem por finalidade orientar o docente como avaliar o aprendizado dos discentes Surdos no contexto da EPT. Para tal propósito, torna-se necessário compreender o processo avaliativo desse tipo de ensino inclusivo deve considerar importantes aspectos como: **as especificidades linguísticas desses discentes, as adaptações avaliativas e a participação ativa do TILSP.**

5.1 CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES LINGUÍSTICAS

As pessoas Surdas têm uma natureza linguística diferenciada dos ouvintes. Enquanto a maioria da sociedade brasileira se comunica por meio da língua portuguesa falada, os Surdos têm como língua natural a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Com isso, o docente deve considerar esse elemento no processo avaliativo desses discentes ao respeitar suas especificidades linguísticas e proporcionar, dessa forma, a autonomia para seu aprendizado conforme indica Oliveira (2019).

Nesse sentido, o docente deve entender que a língua utilizada pelas pessoas Surdas se apresenta de forma gesto visual e com estrutura gramatical distinta da língua portuguesa. Por esse motivo, ressalta-se que a maioria das pessoas Surdas encontram dificuldades para entender o português escrito. Consequentemente, esses discentes, normalmente, não apresentam interesse pelos conteúdos apresentados ou disponibilizados de maneira escrita, tanto no momento do ensino quanto na avaliação. Devido a essas especificidades linguísticas, mostra-se necessário ter adaptações das avaliações para uma devida aferição da aprendizagem deles.



5.2 CONSIDERANDO AS ADAPTAÇÕES AVALIATIVAS

Diante da importância das especificidades linguísticas para a avaliação desses discentes o docente, consciente disso, deve levar em consideração nas suas intervenções pedagógicas avaliativas as adaptações inclusivas para esse público-alvo.



Reitera-se para o docente que é necessário compreender que o aprendizado e expressão linguística desses discentes ocorrem predominantemente pelo campo visual. Todavia, conforme revela as pesquisas os docentes não sabem construir uma avaliação adequada às necessidades linguísticas dos discentes Surdos. Entende-se essa realidade pela falta de formação docente inclusiva específica. Consequentemente, esses discentes encontram dificuldades no momento da realização da avaliação.

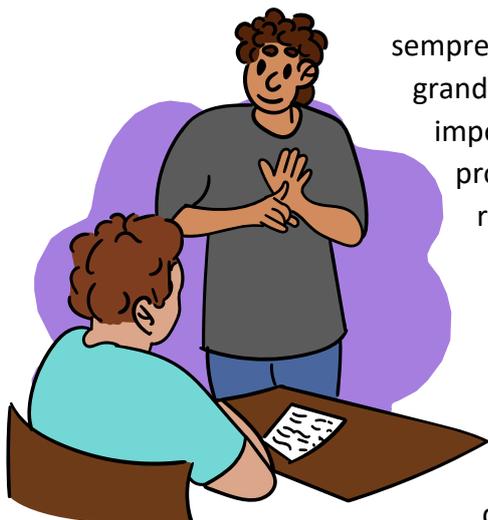
Dessa forma, destaca-se como fundamental a participação ativa do TILPS em todo o processo avaliativo inclusivo desses discentes, conforme orienta Araújo (2020). Essa indicação se deve a sua formação acadêmica, capacitação profissional e vivência social junto à comunidade Surda podendo dessa forma ajudar ao docente na elaboração de ensino e avaliação que respeite as necessidades educacionais dos Surdos.

5.3 CONSIDERANDO A PARTICIPAÇÃO ATIVA DO TILSP

Andrade (2024) reforça que o motivo das avaliações não atenderem as necessidades educacionais desses discentes é a junção da falta de formação docente com a falta da participação do TILSP. O docente necessita entender que essa participação do TILSP precisa ser de maneira ativa antes, durante e após as provas, ou seja, em todo o processo avaliativo desses discentes. Geralmente os TILSP participam apenas no momento da aplicação das provas com sua atuação interpretativa e tradutória. O docente preocupado em proporcionar uma avaliação inclusiva e adaptada para esses discentes deve buscar esse apoio do TILSP na **elaboração**, na **aplicação** e na **correção** das avaliações.

- **A participação do TILSP na elaboração:** Geralmente os docentes avaliam os Surdos igualmente aos demais discentes. Por essa razão é fundamental para o docente que o TILSP participe desse momento da elaboração. Essa participação serve para orientação de como fazer a avaliação escrita e indicar adaptações que atendam as necessidades educacionais desses discentes utilizando os recursos imagéticos. Nesse sentido, é crucial esse compartilhamento de informações que o docente e o TILSP possuem sobre esse discente, para assim, realizar as devidas intervenções avaliativas. O que o precisa ser fixado nessa diretriz é a importância da participação do TILSP que conhece o discente Surdo com suas peculiaridades. Se esse discente realiza oralização ou não, se tem boa leitura ou não, todas essas informações são importantes para se construir uma avaliação de acordo com as características desse discente. A depender do tipo de discente Surdo pode ser utilizadas algumas indicações para adaptação como:
 - Elaborar uma prova adaptada para o discente Surdo baseado em suas especificidades linguísticas;
 - Explorar o máximo possível a visualidade nas avaliações com recursos imagéticos;
 - Evitar textos longos devido à dificuldade de entender o português escrito (L2) desses discentes;
 - Proporcionar possibilidades de respostas em Libras das provas.
- **A participação do TILSP na aplicação:** Normalmente o TILSP participa apenas nessa fase avaliativa que se trata da aplicação. Isso se deve pelo fato desse TILPS realizar





sempre traduções do português para Libras nas provas, que em sua grande maioria são feitas de forma escrita. Nesse aspecto, é importante registrar que o docente deve confiar na ética e profissionalismo do TILSP e não desconfiar que o mesmo repasse as respostas da prova para o discente Surdo. Com isso, mostra-se pertinente explicar aos docentes que o TILSP no momento das provas escritas tem na sua atuação duas (02) possibilidades de apoio a esses discentes. Em primeiro, fazer a tradução completa da prova caso o discente não saiba ler. Em segundo, fazer a tradução e explicação com sinônimos dos termos que o discente Surdo desconheça. Todavia, existe possibilidades dessa prova ser adaptada no momento da aplicação devido a esse apoio do TILSP, a exemplo do discente poder responder no momento em Libras as questões e o TILSP fazer a tradução direta Libras para português, para o docente avaliar.

- **A participação do TILSP na correção:** Outro momento com pouca participação desses profissionais no processo avaliativo desses discentes refere-se as correções. Não se trata do TILSP corrigir ou avaliar esses discentes, isso é de responsabilidade exclusiva do docente. Contudo, o docente pode ter o apoio do TILSP para ter o retorno mais fidedigno possível do aprendizado desses discentes por meio das avaliações. Por exemplo, muitos Surdos costumam escrever com a mesma estrutura gramatical da Libras, diferente do português. Isso significa dizer que, diferente do português, invertem a ordem sintática das sentenças, não usam preposição dentre outros aspectos gramaticais próprios da Libras. Por conseguinte, os docentes encontram dificuldades para entender a mensagem escrita e por esse fato precisam do apoio do TILSP, que entende ambas as línguas, ajudando-o na compreensão do texto para a devida correção.



Para se realizar avaliações adaptadas a esses discentes Surdos é necessário que o docente entenda que não existe uma fórmula pronta para esse fim. Todavia, precisa entender que na falta de formação inclusiva há necessidade de realizar essa avaliação adaptada com o apoio do TILSP.

Este Produto Educacional é resultado da pesquisa de mestrado intitulada **“Planejamento participativo inclusivo para ensino de discentes surdos na educação profissional e tecnológica: diretrizes pedagógicas entre docentes e tradutores e intérpretes de Libras”**. Desenvolvida no programa de Mestrado Profissional e Tecnológico (ProfEPT), ofertado pela instituição associada representada pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – Campus Olinda.

Tem por finalidade apresentar diretrizes como recomendações, pois, foi elaborado com o propósito de ser um material pedagógico orientativo. Ele busca nortear de forma sugestiva a construção de um planejamento participativo inclusivo considerando as peculiaridades desses discentes. Além disso, visa desenvolver um trabalho em parceria com os TILSP no intuito de efetivar uma inclusão escolar e educacional para os discentes surdos na Educação Profissional Tecnológica.

Registra-se, então, que este material não intenciona apresentar normas ou regras sobre a temática. No entanto, se propõe a recomendar essas diretrizes pedagógicas que podem ser úteis para a formação, planejamento e prática docente inclusiva. Ao considerar a necessidade e a realidade de cada contexto que oferece o ensino de discentes surdos no âmbito da Educação Profissional Tecnológica.

Por fim, é necessário que o docente de Surdos no contexto da Educação Profissional Tecnológica ou em qualquer outro contexto educacional tenha em mente que esses discentes precisam de um ensino diferenciado para que tenham êxito no aprendizado. Acontece que o ponto de partida para esse tipo de ensino fundamenta-se no planejamento inclusivo e participativo contando com o apoio do TILSP. Essa ação tende a refletir um ambiente, ensino e avaliação inclusiva por considerar as peculiaridades e especificidades linguísticas desses discentes Surdos alcançando dessa forma o real objetivo da educação especial na perspectiva inclusiva: uma educação pública e de qualidade para todos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) pela autorização para o desenvolvimento da pesquisa na instituição do qual permitiu junto com desenvolvimento da dissertação, a concepção, desenvolvimento e avaliação deste Produto Educacional. Agradecemos também aos docentes, TILSP e discentes Surdos que participaram desse processo investigativo e ao Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Este trabalho possui parecer consubstanciado aprovado pelo CEP da Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE) Nº. 5.729.989 em 28/10/2022.

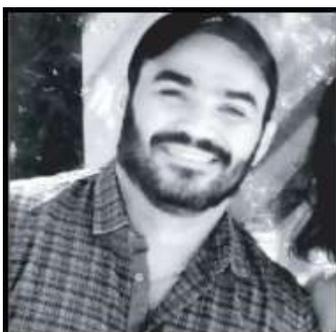


Lúcio Costa de Andrade

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e Mestre em Sociologia em Rede Nacional (ProfSOCIO) pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Instrucional – (FATIN) e em Educação Especial e Inclusiva, Docência no Ensino Superior e em Libras – (UNIASSELVI). Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia Integrada – (FATIN). Licenciado em Pedagogia e Filosofia pela Faculdade Santa Fé – (FSF). Licenciado em História pela Universidade Estácio de Sá. Licenciado em Letras Libras pela Universidade Federal da Paraíba – (UFPB). Proficiente Tradutor e Intérprete de Libras pelo Centro de Apoio ao Surdo (CAS/PE) e Instrutor de Libras pela Universidade de Pernambuco (UPE). Professor Intérprete de Libras na Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco – (SEDUC). Professor Intérprete de Libras na Secretaria Municipal de Educação do Jaboatão dos Guararapes. Professor Tutor dos cursos de Letras Libras, Teologia e Filosofia da Universidade Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI). Atualmente, exerce a função de diretor do Centro de Atendimento Educacional Especializado do Recife – (CAEER)

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8681730340696162>>

E-mail: profluciocosta@gmail.com



Ivanildo José de Melo Filho

Doutor em Ciência da Computação na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2017). Mestre em Ciência da Computação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2010). Possui Especialização em Redes Convergentes pela FIR - Faculdade Integrada de Recife (2006). É Graduado em Ciência da Computação pela UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco (2000), tem formação como Técnico em Eletrônica pela ETFPE – Escola Técnica Federal de Pernambuco (1993). Em 2015 participou da missão MEC/SETEC/CNPQ para o curso de aperfeiçoamento no Programa Professores para o Futuro na HAMK University of Applied Sciences na Finlândia. Atualmente é professor do Instituto Federal de Ciência Educação e Tecnologia de Pernambuco – IFPE – Campus Paulista e Professor do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do IFPE, atuando na linha de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Computação/Convergência/Interação Homem-Máquina e Tecnologia Educacional. Desenvolve e possui interesse em pesquisas relacionadas tecnologias educacionais emergentes, Aprendizagem informal apoiada por tecnologias, Estudos metodológicos de interação com artefatos educacionais, Design e avaliação de ambientes de aprendizagem, tais como: LMS – Learning Management Systems e PLE – Personal Learning Environments.

Lattes:<<http://lattes.cnpq.br/4062852621660068>>

E-mail: ivanildo.melo@paulista.ifpe.edu.br

ABREU, Juliane Marques Santiago de. **Percepções de estudantes com deficiência sobre integração, acessibilidade e inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco — Campus Recife**. 2020. 143 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Olinda, Pernambuco.

AGUIAR, Evaneide de Brito F. **A inserção e a formação omnilateral e integral do estudante surdo nas aulas de física**. 2021. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal do Tocantins, Tocantins.

ANDRADE, Lúcio Costa de. **Planejamento participativo inclusivo para ensino de surdos na educação profissional e tecnológica: diretrizes pedagógicas entre docentes e tradutores e intérpretes de libras**. 2024. 336 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Olinda, Pernambuco.

ARAÚJO, Roberta Gomes de. **Avaliação da aprendizagem em discentes surdos: proposta para a disciplina de língua portuguesa no ensino médio integrado**. 2020, 64 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão de Pernambuco, Salgueiro, Pernambuco.

BARRETO, Alexandre. **O ensino de administração para surdos: o caso do Instituto Federal do Acre**. Rio Branco. 2021. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC. Rio Branco, Acre.

BARROSO, Héliida Cristine S. M. **A língua brasileira de sinais (Libras) no curso técnico de enfermagem do IFNMG: (re)significando percepção dos alunos em relação à comunicação com os surdos na atenção à saúde**. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, Minas Gerais.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS**. Diário Oficial da União. Brasília, 1º de setembro de 2010. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/oTAjN>>. Acesso: 14 abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras**. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/oTAjN>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 18 de set. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/eGZDy>>. Acesso: 18 set. 2021.

COSTA, L. M. **Utilização de aprendizagem para inclusão de alunos surdos no ensino médio integrado ao técnico**. 2021. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió.

CUNHA, Mariane Maria de C. **Inclusão de surdos: a importância da acessibilidade de informações institucionais para efetivação de uma educação inclusiva**. 2020. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Branco, Minas Gerais.

GIMENES, Tania Maria Alves de A. **Análise de Processos de Inclusão de pessoas com surdez no Ensino Médio Integrado do IFMT Campo Novo do Parecis, Cuiabá -MT, 2020**. 2020. 90 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Cuiabá.

GOMES, Eduardo Alexandre C. **Ensino de Fotografia: um estudo de caso com estudantes Surdos do curso técnico integrado em comunicação visual do Campus Palhoça Bilíngue/IFSC**. 2020. 245 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

KELMAN, Celeste Azulay. **Os diferentes papéis do professor intérprete**. Espaço: Informativo Técnico-Científico, Rio de Janeiro, v. 24, p. 25-30, 2005.

LACERDA, Cristina Broglia. F; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. São Paulo: EdUFSCar, 2013.

LACERDA, C.B.F. de. **A escola inclusiva para surdos: refletindo sobre o intérprete de língua de sinais em sala de aula**. Roma: relatório científico de pós-doutorado apresentado à FAPESP. 2003.

LACERDA, C. C. **Problemas de aprendizagem no contexto escolar: dúvidas ou desafios?** Relatório de Pesquisa, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<https://groups.google.com/g/-contatoseducacionais/c/U-HWJ73yN6g>>. Acesso em: 18/09/2021.

LACERDA, C.; SANTOS, L.; CAETANO, J. F. **Estratégias Metodológicas para o ensino de alunos Surdos**. in: LACERDA, C. SANTOS, L. Tenho um aluno Surdo, e agora? Introdução à Libras e

educação de Surdos. São Carlos, SP: Edufscar, 2014.

MANICA, Loni Elisete. A prática docente da educação profissional na perspectiva da inclusão. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 55, n. 4, p. 1-9, 2011.

MENDES, Regina Maria Russiano. Afinal: intérprete de língua de sinais, intérprete educacional, professor-intérprete ou auxiliar? O trabalho de intérpretes na Lógica inclusiva. ALBRES. N. de A.; SANTIAGO V. de A. A. (Org.) **Libras em estudo: tradução/interpretação**. — São Paulo: FENEIS, 2012. p. 219.

MONTEIRO, Maria Dione. **Qualificação profissional e o exame de proficiência de tradutor — intérprete de Libras**. Olinda: ed. Babecco, 2019.

NASCIMENTO, M. V. B. Tradutor intérprete de libras/português: formação política e política de formação In: ALBRES, N. de A.; SANTIAGO, V. de A. A. (org.). **Libras em estudo: tradução/interpretação**. São Paulo: FENEIS, 2012.

OLIVEIRA, Hagar de Lara Tibúrcio de. **Abordagem de ensino e aprendizagem para aluno surdo na educação profissional e tecnológica: um estudo de caso no campus Gaspar**. 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.) — Instituto Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

PÔNCIO, Elis Regina. **Acessibilidade atitudinal nas instituições de ensino: o caso do IFRS**. 2019. 84 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Rio Grande do Sul.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos — Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94 p

RAIZER, Karina Zaia M. **Estratégias de ensino de Química para Surdos**. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Santa Catarina, Centro de Referência em Formação e Educação à Distância — CERFEAD. Florianópolis, Santa Catarina.

SAMPAIO, Cristiane T.; SAMPAIO, Sônia M. R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0915-5.

SANTIAGO, M. C.; SANTOS, M. P. dos. Planejamento de Estratégias para o Processo de Inclusão: desafios em questão. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 485–502, jun. 2015.

SANTOS, I.; GRILLO, J.; DUTRA, P. Intérprete educacional: teoria versus prática. In: **Revista da Feneis**, nº 41, set-nov, 2010. p. 26-30.

SANTOS JUNIOR, M. L. **Inclusão na EPT: conhecer mundos por trás do silêncio**. 2020. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe, Aracaju.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/Rg7Du>>. Acesso: 30 abr. 2022.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/fysZF>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

SILVA, Rosilene Lima da. **O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) nos Institutos Federais da Região Nordeste do Brasil: desafios políticos e perspectivas pedagógicas**. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

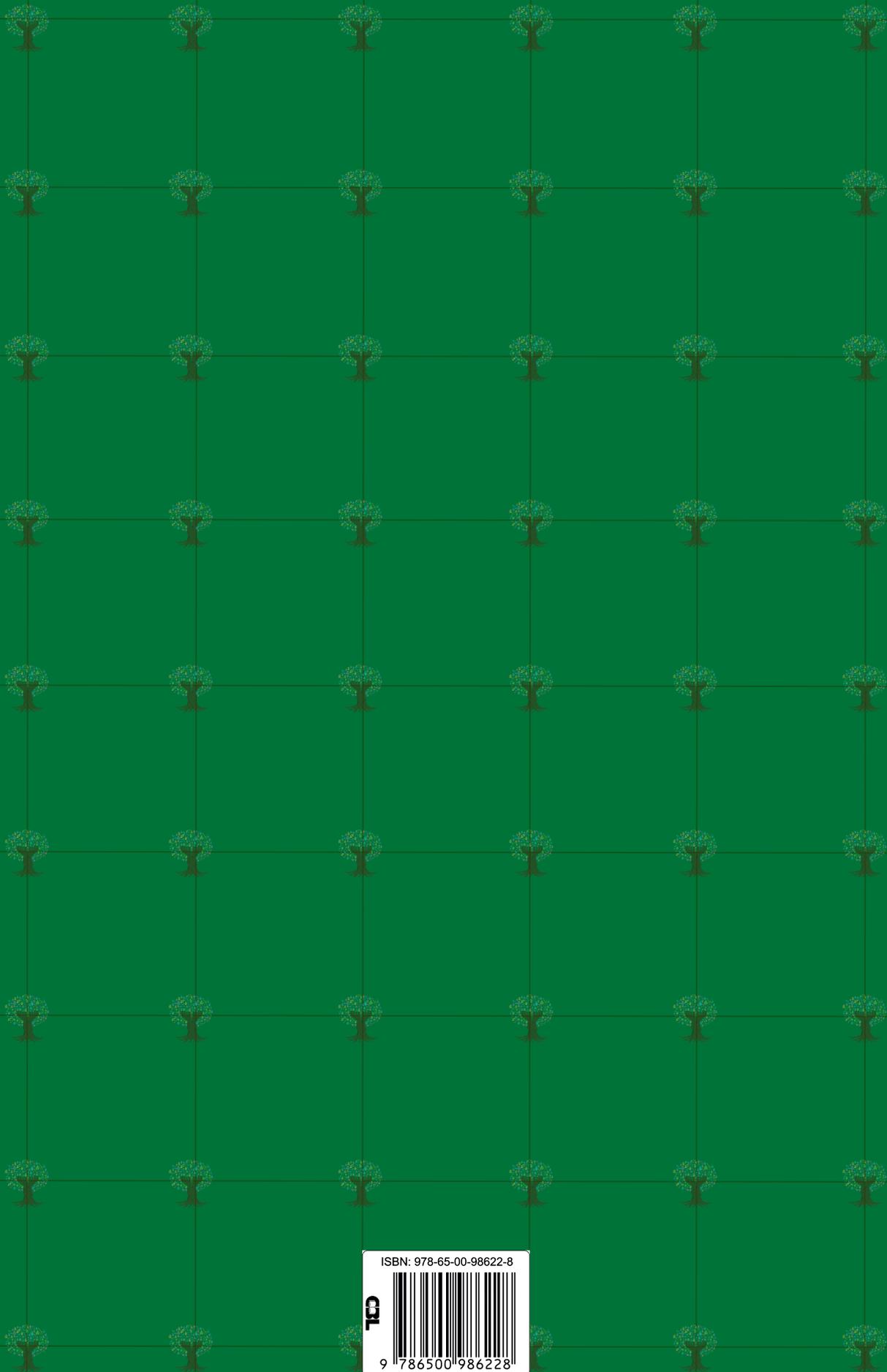
SOARES, Rosângela. C. **Desafios e possibilidades no desenvolvimento da acessibilidade atitudinal em relação a estudantes surdos e ouvintes do IF Sudeste MG — Campus Rio Pomba**. 2020. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais — Campus Rio Pomba, Minas Gerais.

SOUSA, Jailton. R. de; MACIEL, Emanoela M. **Planejamento de práticas pedagógicas integradoras para a educação profissional e tecnológica**. Scielo, 2021. p.21. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3056>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 10 edição — Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TUXI, P. **A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

XAVIER, N. da S. **O percurso dos estudantes surdos no ensino profissional e tecnológico no Instituto Federal do Sertão-PE**. Dissertação (ProfEPT) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) Campus Salgueiro, Salgueiro, PE, 2020. 98 f.



ISBN: 978-65-00-98622-8



9 786500 986228



INSTITUTO FEDERAL PROFEPT
Pernambuco
Campus Olinda

MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

